

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1008489-04.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Revisional de Aluguel - Locação de Imóvel**  
 Requerente: **João Alberto Correa**  
 Requerido: **Jose Roberto Correa**

Justiça Gratuita

**JOÃO ALBERTO CORREA** ajuizou ação contra **JOSE ROBERTO CORREA**, pedindo a condenação ao pagamento de renda mensal pela ocupação exclusiva de imóvel em condomínio, do qual ele, autor, é titular da fração ideal de 1/4.

Citado, o réu contestou o pedido, arguindo inépcia da petição inicial e afirmando que o autor não tem direito sobre o imóvel.

Manifestou-se o autor.

Outros documentos foram juntados.

**É o relatório.****Fundamento e decido.**

A petição inicial não padece de vício, pois o autor pretende o arbitramento de uma renda mensal pela ocupação exclusiva do imóvel, sobre o qual ele teria direito condominial.

Mas não tem o direito alegado.

Afirmou ser proprietário da fração ideal de 1/4 (fls. 2), quando era titular, em verdade, de 1/8, haja vista a quota-parte transferida à ex-mulher, por ocasião do divórcio (fls. 102).

E não é titular nem mesmo dessa fração de 1/8, pois transmitiu para sua irmã Maria Rosely Correa, o que foi objetivo de processo específico (fls. 109/113).

Diante do exposto, **rejeito o pedido** e condeno o autor ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios fixados em 15% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento.

# PODER JUDICIÁRIO



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

A execução das verbas processuais, perante o beneficiário da gratuidade da justiça, porém, **fica suspensa**, nos termos do artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 11 de janeiro de 2017.

  
Carlos Castilho Aguiar França  
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA